

Acabou o calote

Nova lei de falências americana vai obrigar os inadimplentes a pagar todas as dívidas

Por Ivy Farias, de Nova York

Só falta o presidente Bush assinar a nova lei de falências para que o projeto entre em vigor nos Estados Unidos. Sem previsão de data, a nova lei estipula que os devedores terão que pagar todas as dívidas pessoais ou de algum negócio falido. Anteriormente, o devedor pagava apenas o que podia.

Aprovada pelo Senado e pela Câmara americana, a nova lei prevê que os devedores façam um plano de pagamento para os compromissos assumidos e não cumpridos. Quem irá decidir como e quando pagar, será o juiz de falências que julgar o caso. De acordo com o American Bankruptcy Institute (Instituto Americano de Falências), 70% dos empresários que pediam falência eram beneficiados pelo capítulo 7 da Constituição, que permite aos devedores extinguir suas dívidas e “começar do zero” novamente. Na prática, o que os políticos americanos fizeram foi tirar a questão das dívidas do artigo sétimo e transferi-la para um pouco mais abaixo, na capítulo 13, que em pala-

avras mais simples significa: “quem deve tem de pagar”. Analistas econômicos ligados a financeiras e bancos afirmam que a nova lei irá forçar os inadimplentes a fazer um plano de pagamento dos débitos, exatamente como está previsto no capítulo 13.

Vitória para Bush

A aprovação da nova lei de falências foi outra vitória política do presidente George Bush. “Essas reformas de censo comum farão o sistema forte e melhor para os americanos, especialmente os americanos que recebem menos, que terão um acesso maior ao crédito”, afirmou Bush em um discurso na Casa Branca, saudando as mudanças.

A medida entrou em pauta na agenda dos governantes após o escândalo de empresas como WorldCom e Eron. Os congressistas e senadores que apoiaram a nova lei defenderam a visão de que a mudança inibiria os abusos contidos na antiga legislação.

Dificuldade na hora de conseguir crédito

A nova lei também pretende criar barreiras “protetoras” na hora de se pedir um crédito. Os congressistas incluíram a possibilidade de aumentos nas taxas para alguns casos e garantiram aos credores novas garantias na hora de cobrar e receber as dívidas dos credores. Ainda de acordo com analistas, os pequenos empresários podem ser os mais prejudicados que prevêem mais dificuldade na hora de conseguir mais dinheiro para financiar uma casa, por exemplo. Quem não tem como oferecer as garantias pedidas pelas empresas sairá perdendo com os novos padrões que analisarão toda a vida financeira dos solicitantes e a condição de manter em dia os compromissos.

Muitos professores de Direito e juízes se opõem à nova lei por causa da restrição de crédito a famílias que precisam de dinheiro, o que pode-

rá acabar criando mais problemas do que resolver os casos, afirmam. 104 professores de Direito especializados em lei de falências escreveram para o congresso americano afirmando que um estudo conduzido pela Universidade Harvard, em Massachussets, mostrou que em 1.771 casos de falência pessoal, analisados em cinco fóruns federais, todos tiveram como causa os altos custos com saúde no país.

Os críticos das mudanças e os democratas afirmam que a nova lei de falências é resultado apenas de um lobby republicano para beneficiar bancos e empresas de cartões de crédito. “É um Robin Hood às avessas”, afirmou o deputado democrata John Conveys Jr., de Michigan e representante do Comitê Jurídico da Câmara americana. Sem se deixar vencer pelas críticas, Bush promete assinar no menor prazo de tempo possível as novas exigências.



VOTEM EM MIM: Em campanha eleitoral, o candidato francês à diretoria-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, participou do 8º Seminário Perspectivas da Economia Brasileira, em São Paulo.

Entre a cruz e a espada

Os 148 sócios da Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciam nessa sexta-feira (21) a segunda fase de escolha do futuro diretor-geral, divididos entre dois candidatos de países em desenvolvimento e um nome apoiado pela União Europeia e os Estados Unidos.

Para o Brasil, a escolha tornou-se complexa. O Itamaraty não divulgou, como era esperado, qual será a aposta brasileira, mas tampouco descartou a possibilidade de destinar o voto ao francês Pascal Lamy, comissário europeu para o Comércio até novembro passado.

Depois da retirada da candidatura do embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa, chefe da missão do Brasil junto à OMC, na última semana, a certeza é que o Brasil não apoiará o uruguaio Carlos Pérez del Castillo. Na conferência ministerial da OMC de Cancún, em setembro passado, Castillo tornou-se inimigo visceral do chanceler Celso Amorim ao defender as posições dos Estados Unidos e da União Europeia para as negociações agrícolas, na condição de presidente do Conselho-Geral da organização. O uruguaio ainda desconsiderou a proposta encaminhada pelo G-20, o grupo de países em desenvolvimento criado por iniciativa do Brasil para se contrapor justamente à posição dos peso-pesados.

O governo brasileiro pondera que Lamy tem no passado, a marca de defensor do protecionismo europeu, ruim para um cargo aparentemente imparcial como o de diretor-geral da OMC. A única vantagem do francês, seria a de um interlocutor direto, mais transparente em suas posições e talvez até mais suscetível aos apelos dos países exportadores agrícolas. O outro candidato, Jaya Krishna Cuttaree, das Ilhas Maurício conta com apoio de boa parte dos países africanos. Cuttaree está comprometido com a defesa dos mecanismos de preferência comercial destinados unilateralmente pela União Europeia a suas ex-colônias. Trata-se de uma das políticas mais questionadas pelo Brasil.

PRECISA DE CELULAR???

NEXTEL
AUTHORIZED REPRESENTATIVE



Sprint
AUTHORIZED REPRESENTATIVE

ENVIAMOS SEU CELULAR ATIVADO, PARA QUALQUER PARTE DOS ESTADOS UNIDOS

215-722-3150

RAFTELL Atendimento em Português
Electronics

1920 Cottman Ave. 1st Floor
Philadelphia, PA raftell@msn.com

Empresários dizem que impostos são a nova "força de Tiradentes"

Por Mariana Barbosa

Em protesto contra a alta carga tributária, lideranças empresariais inauguraram no centro de São Paulo o "impostômetro", um painel eletrônico que informa, segundo a segundo, quanto União, Estados e municípios arrecadaram desde a zero hora do dia 1.º de janeiro. O "impostômetro" - instalado no prédio da Associação Comercial de São Paulo, é uma iniciativa da "Frente Brasileira contra a MP 232", movimento que uniu o setor privado e levou à derrubada da medida provisória que previa o aumento da carga tributária para o setor de serviços. Sob a bandeira da "Nova Inconfidência", o ato público, realizado no Pátio do Colégio, teve até

força e discurso inflamado do ator Paulo Goulart, que encarnou um contribuinte-Tiradentes revoltado com a carga tributária. "Temos de levar à população o conhecimento de que a carga tributária no Brasil é de quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB), o dobro do quinto dos infernos", afirmou o presidente da ACSP, Guilherme Afif Domingos, numa referência ao "quinto", ou 20%, cobrado pela Coroa portuguesa sobre o ouro extraído no País. Em 1789, a tentativa de Portugal de aumentar essa carga para compensar a queda na produção, que ficou conhecida como "a Derrama", levou à Inconfidência Mineira. "O brasileiro está com a corda no pescoço e não aguenta mais tanto imposto",

acrescentou. Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, a alta carga tributária é a principal causa da informalidade e do enorme passivo fiscal acumulado por inúmeras empresas. "Mas a carga tributária é apenas o efeito de um gasto público que cresce mais do que o PIB e a inflação", afirmou Skaf. O "impostômetro" foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), com base em dados da Receita Federal, da Previdência, da Caixa Econômica Federal, das secretarias estaduais da Fazenda e dos Tribunais de Contas. Uma versão virtual do medidor de impostos está disponível na internet

(www.impostometro.com.br). Lá, é possível saber quantos impostos são arrecadados a cada segundo, minuto, hora, dia ou mês, além da arrecadação por Estado e per capita em cada Estado. Até as 20 horas de quinta-feira, por exemplo, a arrecadação acumulada do ano passava de R\$ 219,745 bilhões. "Apesar de os governantes insistirem em que não há recursos para investir, o tamanho da arrecadação mostra que dinheiro existe, mas ele não está sendo bem gasto", afirmou o presidente do IBPT, Gilberto Amaral. Nos próximos meses, o instituto deverá lançar um "gastômetro", com indicadores sobre o gasto público nas três instâncias de poder.



O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, segura uma corda (força) durante protesto que reuniu dirigentes de sindicatos empresariais e de trabalhadores ligados a Frente Brasileira Contra a Medida Provisória 232. Os líderes lançaram um movimento intitulado "Nova Inconfidência", contra o aumento da carga tributária.

Invista no melhor. Venha morar na praia.



Parcelamento em até 54 meses

*Excelente Localização
Praia de Itaparica
Uma quadra do mar,
perto do futuro e maior
shopping da grande
Vitória.*

Rhode Island

2 quartos, 71 m² de área interna



PÉROLAS DO ATLÂNTICO

3 quartos, frente para o Mar



Ilhabela



Vineyard



Somerville

Últimas Unidades

VENDAS



Tel: (617) 381-7575 Toll Free: 1 877 516-7575

449 Broadway suite 9 Everett NA 02149 - E-mail: info@mussomaia.com

Visite nosso site e conheça nossos empreendimentos:

www.mussomaia.com